AGÊNCIA SENADO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Projeto do senador Wilder impede que condenados tomem posse em cargo público

CERRADO

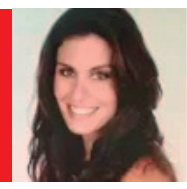
www.wildermorais.com.br
facebook.com/wildermorais
instagram.com/wildermorais
twitter.com/wildermorais

Goiânia, TERÇA-FEIRA, 13 de setembro de 2016

REVISTA BULA

Somos o mundo de alguém e o nada para o mundo inteiro

Revista Bula.com



POR **KAREN CURI**

SOMOS AS PALAVRAS QUE TROCAMOS, OS ERROS QUE COMETEMOS E OS IMPULSOS QUE CEDEMOS

Somos o que restou do que um dia fomos. Somos o pó de uma infância feliz e a nuvem fazendo pairar incertezas sobre uma velhice digna. Somos o mundo de alguém e o nada para o mundo inteiro. Somos a promessa de evolução, assim, sem pressa, caminhando numa procissão sem rumo, com a fé de que lá na frente seremos um tantinho melhores. Nunca estivemos tão perdidos nessa romaria chamada Vida. Procuramos caminhos e saídas através dos pés dos outros, escutando vozes paralelas à nossa, seguindo andarilhos igualmente perdidos. Nos preocupamos em saber para onde ir, quando nem sabemos quem realmente somos.

Somos muito mais do que a herança deixada por nossos pais na cor dos olhos, na mesma mania de dormir de braços cruzados, no sinal de nascença no pé esquerdo. É preciso crescer de fora para dentro e, sobretudo, de dentro para fora, para perceber que não somos apenas uma extensão genética e uma ordem cronológica. É necessário arriscar os passos longe de casa, para que eles nos tragam mais perto de nós mesmos. Foi assim que eu pude perceber que existo, penso, sinto e ajo de acordo com as experiências por mim vividas. As minhas verdades são só minhas, assim como os meus sonhos, medos e promessas. Na mesma bagagem que carrego as minhas vitórias, também levo o peso das minhas derrotas.

O tempo me ensinou que somos e estamos em uma constante transformação. Por isso, preste bastante atenção. Porque amanhã, nem eu e nem você seremos iguais. Nós só seremos iguais se nada aprendermos com a vida, se a gente não assimilar o problema e não revidar com a solução. Como a pessoa que sempre fura o dedo manuseando uma agulha, como aquele que tropeça todos os dias na mesma pedra. Se não houver uma mudança de comportamento, uma prevenção, cairemos sempre nos mesmos erros e sentiremos as mesmas dores. Transformar-se, antes de tudo, é um processo de reforma interior.

Dizem que nós somos o que pensamos, o que sentimos, o que dizemos e, principalmente, o que calamos. É possível que sim. Mas é provável também que os nossos sentidos sejam influenciáveis, e tendam a distorcer e confundir o nosso verdadeiro eu. Uma sensação de fora pode provocar uma emoção por dentro, o olhar do outro pode nos fazer enxergar com os olhos dele. Na verdade, não somos o que percebemos, até porque a nossa percepção está suscetível a muitas coisas, principalmente à interferência de quem nos cerca. Mas, afinal, quem somos nós? Por que é tão difícil encontrar essa resposta?

Atribui-se à Freud, ainda que sem confirmação sobre a autoria, que "não somos apenas o que pensamos ser. Somos mais: somos também o que lembramos e aquilo de que nos esquecemos; somos as palavras que trocamos, os enganos que cometemos, os impulsos a que cedemos".

Só o autoconhecimento nos defenderá de nossas próprias ilusões e das intervenções dos outros. Mas, enquanto houver pressa em encontrar um rumo, seguiremos desnorteados e desprotegidos diante das ciladas da vida. Antes de saber para onde ir, precisamos caminhar para dentro de nós. Não é fácil. Não é rápido. Urgente é desarmar o coração e abrir as portas de casa para que possamos entrar. E permanecer dentro de nós. Quando a gente se reconhecer, aí sim, saberemos exatamente para onde ir.

CERRADO
Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília
Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia
Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor
Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem
Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos, João Carvalho, Wandell Seixas e Rafaela Feijó

Capa
Mariquita
e flor de sangra d'água

SENADO

Proposta do senador Wilder aumenta punição para improbidade administrativa

WELLITON CARLOS

A necessidade de moralizar a política tornou-se uma obrigação para a maioria das instituições públicas.

De repente, Polícia Federal, Ministério Público e parcela considerável da classe política passaram a cobrar ações concretas que freiem a malversação dos recursos públicos e a produção de uma imagem negativa da política e das instituições.

O senador Wilder Morais, por exemplo, quer impedir a posse de candidatos condenados civilmente e administrativamente. Ele apresentou o projeto de lei 130/2015, em que altera a Lei nº 8.429/92, a norma que trata da improbidade administrativa no Brasil.

A proposta que já está na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) pode ser um divisor de águas nos casos de corrupção que envolvem políticos já conhecidos por suas práticas negativas com o poder público.

Wilder afirma que a mudança do artigo 12 da lei poderá moralizar as instituições, retomando a confiança da população. "A sensação de impunidade que tanto tem indignado a população brasileira decorre, muitas vezes, da demora ou ineficiência na aplicação de normas e sanções já estabelecidas em lei", diz o senador de Goiás.

RETORNO

Wilder observa que a atual redação da Lei de Improbidade estabelece a perda da função pública como sanção à prática de qualquer dos tipos de improbidade. Todavia, a norma não veda explicitamente o retorno daquele que praticou o ilícito aos quadros do serviço público, seja para um cargo de livre provimento, seja em decorrência da aprovação em concurso público.

"O que se pretende com a alteração proposta é exatamente estabelecer o impedimento desse retorno, por prazo entre três e dez anos, de acordo com a gravidade do tipo de improbidade praticada", afirma.

O senador Wilder acredita que após a aprovação da medida haverá condições para quem praticou atos contra o patrimônio público – de forma intencional ou não – não possa voltar imediatamente ao serviço público.

Nesse sentido, a proposta de reforma da lei tem efeito preventivo, pois impede que o servidor volte a cometer as mesmas falhas e tornando inócua a perda da função.

O QUE É A PROPOSTA DE LEI

- Estabelece que ocorra perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano;
- Perda da função pública;
- Impedimento de tomar posse em cargo público de qualquer natureza e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos;
- Pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

AGÊNCIA SENADO

Wilder quer impedimento de três a dez anos para quem cometeu improbidade voltar à função pública

ECONOMIA

Marconi vai defender cumprimento do Pacto Federativo na reunião de governadores com a ministra Cármen Lúcia

O Fórum Permanente de Governadores se reuniu no início da noite desta segunda-feira, 12, no Palácio dos Buritis, sede do governo do Distrito Federal, para deliberar sobre a pauta da reunião que terá amanhã, às 9 horas, com a ministra Cármen Lúcia, empossada hoje presidente do Supremo Tribunal Federal – STF.

Mesmo antes de assumir a função, a ministra telefonou para todos os governadores convidando-os para a posse e, no dia seguinte, uma reunião no STF. De acordo com o governador Marconi Perillo, um dos 25 chefes de governos estaduais que estiveram na posse e na reunião do Fórum, a discussão amanhã irá girar em torno do Pacto Federativo, especialmente assuntos relacionados à segurança pública, sistema carcerário, educação e dívidas dos estados.

"Nós – declarou o governador – estamos muito esperançosos de que teremos aqui no STF uma voz muito forte a nos auxiliar em busca do federalismo que tanto falta ao Brasil de hoje".

Cármem Lúcia já adiantou aos governadores que tem uma pauta alinhavada para o encontro de amanhã. "Ela quer cumprir os repasses do Fundo Penitenciário Nacional há muitos anos contingenciados para a formação do superávit primário do Governo Federal. Já há um julgado no STF que determina que esses recursos sejam destinados à sua finalidade que é o Sistema Penitenciário Nacional", afirmou Marconi.

SENADOR WILDER NA MÍDIA

14 GOIÂNIA, SÁBADO, 10 DE SETEMBRO DE 2016 WWW.DM.COM.BR Diário da Manhã

Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

MP relatada por Wilder Morais é aprovada no Senado

- O Senado aprovou, quinta-feira, a medida provisória que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), proposta nos primeiros dias de governo do presidente Michel Temer. A MP foi relatada pelo senador goiani Wilder Morais (PP), que defendeu a iniciativa com o objetivo de tornar mais ágeis as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.
- O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa, segundo o governo federal, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.
- "O relatório que apresentei, favorável à criação do PPI, estabeleceu diretrizes que contemplaram contribuições de parlamentares independente de posição partidária, de modo a alcançar o diálogo nessa matéria, que nada tem a ver com o momento político, e sim com o melhor para o desenvolvimento de nosso País", explicou Wilder.

DIÁRIO DO ESTADO

HOME | ELEIÇÕES 2016 | COTIDIANO | PODER | REDE | ESPORTES | NEGÓCIOS

PODER

WILDER MORAIS: "A APROVAÇÃO DA MP 727 É UM AVANÇO PARA O DEBATE DA RETOMADÀ DA ECONOMIA "

Redação / 9 de setembro de 2016 - 12:04

0 SHARES Facebook Twitter Pinterest Google+

O Senado aprovou ontem (08), a medida provisória que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), através da Medida Provisória (MP) 727/2016, proposta nos primeiros dias de governo do presidente Michel Temer. A MP foi relatada pelo senador Wilder Morais (PP), que defendeu a iniciativa com o objetivo de tornar mais ágeis as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

Diário do Norte CIDADES DE 12 A 18 DE SETEMBRO DE 2016 15

MP QUE AGILIZA CONCESSÕES PÚBLICAS

Wilder consegue aprovar PPI no Congresso

O Senado aprovou na quinta-feira (8) a medida provisória que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), através da Medida Provisória (MP) 727/2016, proposta nos primeiros dias de governo do presidente Michel Temer. A MP foi relatada pelo senador Wilder Morais (PP), que defendeu a iniciativa com o objetivo de tornar mais ágeis as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa, segundo o Governo Federal, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

A partir da aprovação do PPI, os empreendimentos incluídos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deverão ser tratados como "prioridade nacional" por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Wilder acatou diversas emendas à MP, entre elas a que permite a introdução de dispositivo para dar assento ao presidente da Caixa Econômica Federal no Conselho do PPI, já que a Caixa e? atualmente o maior agente financeiro do País na área de infraestrutura urbana.

O senador Wilder, ao defender a aprovação da MP, relatou que a economia brasileira vive uma grave crise, com cerca de 12 milhões de pessoas desempregadas e quase 100 mil estabelecimentos comerciais do País com suas portas fechadas em 2015, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio.

Wilder ainda destacou outras situações que mostram a fragilidade atual da economia do País. Segundo ele, nesses 12 meses em que os estabelecimentos comerciais baixaram as suas portas, o setor de serviços sofreu queda de cerca de 5%, conforme dados do IBGE.

"Tudo isso - além da queda no PIB, da inflação crescente e do rombo nas contas públicas -, requer medidas urgentes para a recuperação da economia nacional. Precisamos trabalhar com vigor para recuperar a credibilidade do País, o que gerará um ambiente favorável para atrair o investimento privado", defendeu Wilder ao pedir aos seus pares a aprovação da MP 727. A aprovação dessa MP é um avanço importante para o debate da retomada da economia brasileira", disse.

JOÃO CARVALHO